

## Conceição do Ibitipoca/MG, o Arraial e o Parque: desenvolvimento de diferentes atividades no entorno e conservação da biodiversidade

Raquel Fernandes Rezende <sup>(a)</sup>, Luiz Renato Vallejo <sup>(b)</sup>

<sup>(a)</sup> Geógrafa Doutora em Geografia/ Universidade Federal Fluminense, Email [quelgeorezende@yahoo.com.br](mailto:quelgeorezende@yahoo.com.br)

<sup>(b)</sup> Departamento de Geociências/ Universidade Federal Fluminense, Email [luizrenato@id.uff.br](mailto:luizrenato@id.uff.br)

### EIXO: BIOGEOGRAFIA, MANEJO DE ÁREAS NATURAIS E ROTEGIDAS: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

#### Resumo:

O presente artigo integra parte da tese de doutorado da autora R. F. Rezende, intitulada “O Entorno das Unidades de Conservação: Relações entre Atividade Turística e Uso do Solo no Arraial de Conceição do Ibitipoca, Lima Duarte/MG”. Ressalta-se que os estudos estão ligados à questão dos Parques Estaduais e seus entornos, em Minas Gerais. Nesse sentido, este artigo discute a perspectiva da biogeografia destinada à conservação da biodiversidade, em especial, as áreas protegidas e suas respectivas implicações nos locais onde estas são implantadas. As atividades turísticas associadas às unidades de conservação promovem, em geral, interferências no ordenamento territorial em seu entorno. Estas atividades alteram usos, promovem conflitos e repercutem sobre o planejamento, em geral. Nesta perspectiva, a presente pesquisa abrange a categoria dos Parques Estaduais e, especificamente, o Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb) e seu entorno na porção localizada no Distrito (Arraial) de Conceição do Ibitipoca, município de Lima Duarte, Minas Gerais. O Parque apresenta elementos físicos naturais que se expressam em paisagens exuberantes e atrativas à visitação. No distrito ocorre um núcleo turístico, que abriga atrativos próprios (edificações históricas, eventos programados, trilhas, cachoeiras entre outros), além da estrutura de hospedagem e alimentação para receber os visitantes. A atividade turística estimulada pelo Parque e desenvolvida no distrito aumentou consideravelmente no final da década de 1980 e tem promovido mudanças importantes na ocupação e uso do solo local. A pesquisa abrangeu levantamentos bibliográficos e iconográficos da área de estudo, bem como trabalhos de campo com a aplicação de questionários junto aos atores envolvidos na questão do ordenamento territorial. Também foram realizados cruzamentos de informações obtidas nos planos e legislações voltados para o tema em análise, além da elaboração de mapas referentes à área. A situação encontrada na realidade de convivência do PEIb com o seu entorno demonstrou o quanto é importante o envolvimento da população local, principalmente na preparação e recepção das políticas públicas associadas ao turismo. O entorno, com seus moradores e atividades econômicas devem colaborar na jornada da conservação da natureza, sem qualquer exclusão. No entanto, isso só se torna possível quando tais populações são ouvidas e se tornam participativas ao longo das etapas de criação, implantação e gestão das UCs.

**Palavras chave:** Biogeografia, áreas protegidas; Parques estaduais; Conceição do Ibitipoca.

### 1. Introdução

Na pesquisa biogeográfica são considerados aspectos atrelados aos seres vivos, vegetais e animais, sua distribuição sobre a Terra, a atuação do homem enquanto elemento que compõe a natureza, e que possui



um papel importante nesse sistema. Pois, suas ações em relação à natureza podem causar desequilíbrios entre os demais elementos, através de processos atrelados à urbanização, construção de barragens, drenagem de pântanos, colocando em risco a vida de plantas, animais e do próprio homem. Para Figueiró (2015, p.25) a busca pela compreensão referente:

a interação de processos e dinâmicas tão diversos, a Biogeografia se torna um campo do conhecimento que desafia o saber particularizado, fragmentado. A busca do entendimento das relações que condicionam a distribuição espacial dos seres vivos demanda uma compreensão extremamente ampla dos processos envolvidos, passando pelas dinâmicas climáticas, geológico-geomorfológica, pedológica, hidrológica e antrópica.

Entre os diversos ramos de estudo que a Biogeografia abarca será realçado neste artigo, aquele que se volta para o manejo de áreas naturais protegidas e suas implicações. O foco será dado ao Arraial de Conceição do Ibitipoca, distrito do município de Lima Duarte no estado de Minas Gerais. Tendo em vista este distrito abrigar o principal acesso para o Parque Estadual do Ibitipoca, uma das unidades de conservação mais visitadas em Minas Gerais. Compreender a relação existente entre Unidade de Conservação e seu entorno torna-se fundamental para a sobrevivência dos dois contextos. Nos moldes atuais de gestão de áreas protegidas o entorno destas deve ser visto e tratado como um parceiro seja em áreas urbanas ou rurais. O isolamento das áreas destinadas à proteção e conservação da natureza gera resultados negativos para o dinâmica ecológica das espécies e para as populações humanas que vivem no entorno (RODRIGUES, 2006).

As sociedades ao longo de suas histórias sobre a face da Terra sempre fizeram uso da natureza (ROSS, 2009) e de seus recursos para saciar suas necessidades. Com o passar dos anos tal apropriação passou por diferentes etapas de evolução e os recursos naturais foram sendo incorporados cada vez mais pela humanidade. A intensa utilização destes recursos e a ausência de políticas específicas voltadas para a proteção dos mesmos, por um longo período acarretaram uma série de problemas ligados ao processo de degradação ambiental, “nos últimos dois séculos, o mundo presenciou a aceleração das modificações e da destruição impostas aos ambientes naturais” (BRITTO, 1998, p. 211), com consequências negativas para os ecossistemas e o próprio homem.

Como exemplo, pode-se citar a redução crescente da cobertura vegetal, bem como suas implicações nos cenários ecológicos, econômicos e sociais (VALLEJO, 2005). Na tentativa de reverter ou pelo menos minimizar tal situação, diversos estudos e propostas foram elaborados em diferentes partes do mundo. Muitos deles consideravam necessária a implantação de áreas protegidas (BRITTO, 1998; VALLEJO, 2005). Conceituadas como espaços que possuem territórios demarcados e tem como “principal função a



conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais, a elas associados” (MEDEIROS, 2006, p. 41). De acordo com a UICN (1994), tais áreas podem ser terrestres ou marinhas e destinadas à proteção e conservação da “diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados através de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos” (UICN, 1994:7). A criação de áreas protegidas é considerada por Medeiros (2006, p.41) como uma tática:

de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos. Este controle e os critérios de uso que normalmente a elas se aplicam são freqüentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção.

Cabe realçar que no Brasil as áreas protegidas estão agrupadas em cinco categorias com objetivos e manejos diferenciados, são elas, Área de Preservação Permanente, Reserva Legal, Terras Quilombolas, Terras Indígenas e Unidades de Conservação. No presente artigo será abordada a relação entre um Parque Estadual (categoria prevista no grupo das unidades de conservação) e seu entorno.

A partir do século XIX, com os avanços das pesquisas científicas sobre a importância da criação de espaços territoriais especialmente protegidos, ocorreram desenvolvimento das políticas voltadas para a proteção da natureza, bem como aquelas reguladoras dos usos dos recursos naturais e de outras questões ambientais. Kinker (2002) aponta as Unidades de Conservação (UC) como uma das melhores estratégias para a conservação da biodiversidade. Por serem constituídas de:

(...) áreas naturais ou seminaturais em regime especial de administração, instituídas legalmente pelo poder público, com base em estudos prévios que demonstram as razões técnico científicas e socioeconômicas que justificam sua criação. (...) Possuem, em geral, características ecológicas ou paisagísticas especialmente importantes, com elevada riqueza de espécies de flora e fauna, presença de espécies raras, endêmicas ou ameaçadas de extinção, amostras representativas de diferentes ecossistemas, significativa beleza cênica ou recursos naturais indispensáveis pelo bem estar das comunidades humanas (KINKER, 2002, p. 35).

No ano de 2000, o Brasil passou a dispor de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000) que instituiu, estabeleceu

critérios e normas voltadas para a criação, implantação e gestão destes espaços. O SNUC divide-se em dois grupos, a saber, o de Unidades de Conservação de Proteção Integral, na qual só é permitido uso indireto dos recursos naturais (que não envolva consumo, coleta ou destruição, salvo exceções previstas na legislação), e o de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que visam conciliar a exploração do ambiente com os processos ecológicos, de maneira que seja justa do ponto de vista social e viável economicamente, ambos dispõem de diferentes categorias de manejo.



Um sistema de Unidades de Conservação corresponde ao conjunto de áreas protegidas, que devem ser planejadas e manejadas como um todo, na perspectiva de que os objetivos nacionais de conservação sejam executados. É necessário que este sistema abrigue a maior diversidade de biomas, ecossistemas e espécies, em amostras representativas (MILANO, 1999). No caso brasileiro, cabe realçar que entre as categorias de Unidades de Conservação existentes, os Parques apresentam relevância, pois:

(...) constituem categorias de manejo essenciais, em termos de estratégias globais de conservação da biodiversidade, uma vez que são categorias de manejo de reconhecimento e distribuição internacional, e tipificam, como nenhuma outra, os desafios para a gestão, decorrentes de processos históricos de cisão sociedade-natureza, característicos nas sociedades modernas, diante de cenários que apontam para uma nova concepção de proteção da natureza, construída com base em compromissos de inclusão social (IRVING & MATOS, 2006, p.03).

O objetivo básico desta categoria é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, com possibilidade de realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. Os Parques frente ao SNUC podem ser Nacionais - criados pelo Governo Federal, Estaduais – criados pelo Governo Estadual ou Municipais – criados pelo Governo Municipal e os critérios para o processo de criação destes são os mesmos (BRASIL, 2000). De acordo com a legislação vigente (Lei Nº 9.985/2000) o objetivo básico do Parque é:

(Art. 11) a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. § 1º (...) é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei. § 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento. § 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento (BRASIL, 2000).

Os parques podem contribuir para a transformação das áreas onde estão implantados. Neste sentido, a gestão dos mesmos deve estar preocupada tanto com seu perímetro interno quanto externo, ou seja, o seu respectivo entorno, para que estas consigam cumprir os objetivos para os quais foram criadas. No entorno das UCs torna-se necessário:

(...) buscar alternativas para minimizar os problemas externos que afetam diretamente as Unidades, uma vez que as pressões que ocorrem no entorno dessas áreas se apresentam de fora para dentro, sendo assim, a visão do gestor das Unidades deve envolver os territórios circunvizinhos que de alguma forma possam comprometer a proteção desses ecossistemas (SILVA e SOUZA, 2009, p. 254).

Entre os problemas que podem ser verificados nestas áreas destacam-se:

(...) os impactos ambientais provocados pelas populações de áreas circunvizinhas e por grandes empreendedores; as ocupações desordenadas em áreas de risco ambiental; a especulação imobiliária; e a falta de realização de programas de educação ambiental (SILVA e SOUZA, 2009, p. 254).

Para Ribeiro *et al.* (2010) é importante elaborar um diagnóstico, criar e implantar critérios voltados para o uso e ocupação do solo e monitorar o entorno das UCs, evitando-se possíveis conflitos e/ou buscando-se soluções para eles. A área localizada no limite da UC, como no caso da categoria Parque é denominada Zona de Amortecimento. O órgão responsável pela administração da UC é quem deve regular a ocupação e o uso dos recursos naturais nos limites da zona de amortecimento, em parceria com o poder público municipal (RIBEIRO, *et al.*, 2010). Outras áreas localizadas fora dos limites das zonas de amortecimento também merecem atenção, por serem locais que abrigam o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas. No entorno do Parque Estadual do Ibitipoca, em especial, no Arraial de Conceição do Ibitipoca existem atividades voltadas para a prestação de serviços ligados, sobretudo, ao turismo (meios de hospedagem, comércio, receptivo turístico, etc.). E o mesmo não está dentro dos limites da zona de amortecimento do PEIb citado acima.

A União Mundial para Conservação da Natureza (UICN, 1993) recomenda a existência de uma integração entre as UCs e suas respectivas áreas periféricas, com o objetivo de evitar o isolamento genético e a fragmentação. Como as UCs integram-se com sistemas ecológicos, culturais e econômicos mais amplos, é necessário estarem interligadas ao desenvolvimento do local em que estão inseridas, facilitando conquistas de reconhecimento público que possibilitem a construção de alianças.

Brandon *et al.* (1998), considera que o sucesso dos projetos de conservação da natureza estão vinculados ao não isolamento da área em relação à população que vive no entorno. Para Soares *et al.* (2002) a gestão das áreas protegidas tem maior eficiência na medida em que o envolvimento das comunidades circunvizinhas é maior, especialmente, devido ao fato da participação popular criar a possibilidade da redução de conflitos. Salinas (2005) reitera que em áreas destinadas à conservação da natureza, o manejo deve ser realizado com a participação ativa da população que vive e utiliza as áreas de entorno. Para tanto é recomendável conhecer a fundo as realidades socioeconômicas, política e cultural do entorno das UCs, pois as restrições de uso (que em muitas vezes acarretam prejuízos ou redução de investimentos econômicos) afetam de forma direta populações locais ou específicos segmentos sociais. Caso contrário, poderão ser registrados vários processos conflituosos entre interesses divergentes sobre a conservação ambiental.



O turismo está entre as principais atividades econômicas desenvolvidas, tanto no território do Parque estudado, quanto em seu entorno. As iniciativas de proteção da natureza criam possibilidades para os locais onde os Parques são criados, principalmente para a economia. Para Petrocchi (1998) no Brasil o turismo pode se tornar uma atividade econômica poderosa, capaz de gerar empregos.

Em uma disjunção do Complexo da Mantiqueira, no domínio fitogeográfico da Floresta Atlântica localiza-se o Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), em distrito de mesmo nome, no município de Lima Duarte (Figura 1), na Zona da Mata Mineira (ARAÚJO, 2007). O PEIb foi criado em 4 de julho de 1973 (Lei nº 6.126), possui área de 1.488 hectares. Na região da Serra do Ibitipoca são registradas altitudes que variam entre 1.200 e 1.784 metros. Além, de abrigar uma valiosa amostra da vegetação prístina regional, Candeial, Campo de Altitude, Campo Rupestre e Floresta Estacional Semidecidual, todos esses conjuntos bem representados e preservados, especialmente, dentro dos limites territoriais do Parque. Em algumas porções do PEIb ocorrem espécies endêmicas da flora.

Tanto o Parque quanto seu entorno apresentam vários atrativos naturais, como mirantes, picos, grutas, praias, piscinas naturais e cachoeiras (ARAÚJO, 2007), elementos que têm atraído cada vez mais visitantes, sobretudo a partir da década de 1990 (Figuras 2 e 3). Com criação do Parque Estadual do Ibitipoca, em 1973, ocorreram mudanças na economia do Arraial. O turismo surgiu como um nicho econômico, especialmente após o ano de 1986, quando a UC passou a dispor da infraestrutura necessária para receber turistas. De acordo com Rodrigues (2001), Bedim (2008) e Carvalho (2014), a partir de então foi verificado um aumento crescente no número de turistas que passaram a buscar a área para a prática do lazer.

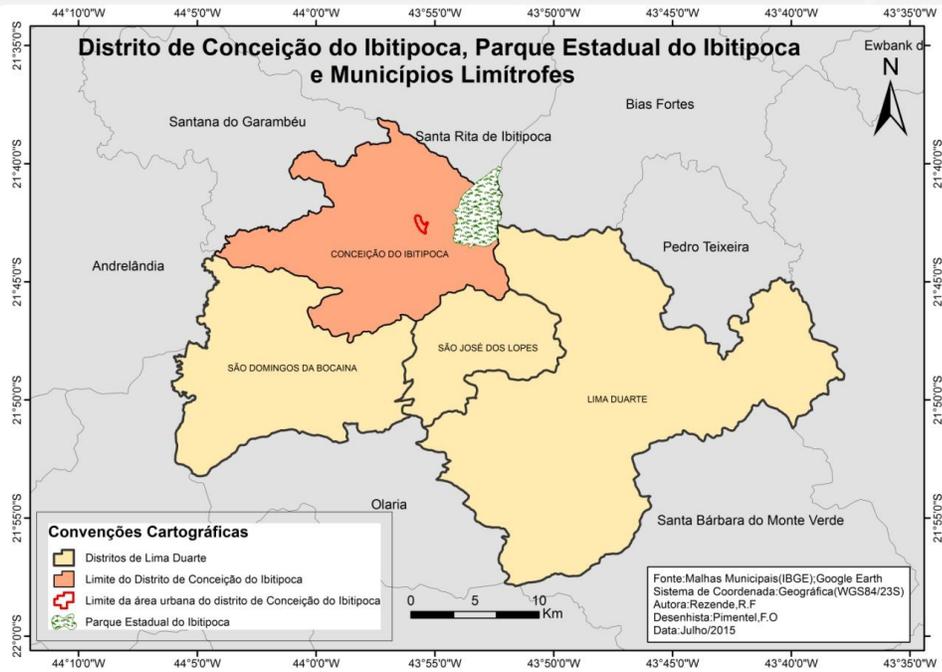


Figura 1: Localização do Distrito de Conceição do Ibitipoca, Parque Estadual do Ibitipoca e Municípios Limítrofes.



Figura 2: Paisagem do PEIB.  
Autor: PANORAMAMIO, 2010.



**Figura 3:** Janela do Céu - um dos atrativos mais visitados no PEIb.

Autor: SANCHES, L. 2015.

Uma nova dinâmica de ocupação do território se deu no Parque e no Arraial, devido ao aumento da demanda de serviços vinculados aos turistas que visitavam e visitam a área. Frente a esta realidade os produtores rurais passaram a dividir seu tempo de trabalho entre os afazeres de suas propriedades e outras atividades. Tornando-se comum os membros das famílias envolverem-se em diferentes funções. Em geral as mulheres empregadas em trabalhos domésticos (cozinheiras, faxineiras, balconistas e etc.) e os homens voltados para atividades que dependiam mais da força física (pedreiros, marceneiros, serralheiros, garçons), ambos no comércio (bares, restaurantes, lojas, pousadas e hotéis) e nas casas de segunda residência existentes em Conceição do Ibitipoca (RODRIGUES, 2001).

A presença destes serviços no Arraial diversificou as atividades econômicas desenvolvidas, pois, outras demandas relacionadas a estes surgiram na perspectiva de atender tanto turistas quanto moradores de tal distrito. Entre os empreendimentos existentes em Conceição do Ibitipoca destinados a atender os turistas que lá chegam tem-se agências de receptivo turístico, hotéis, pousadas, áreas de camping, restaurantes, bares e lojas. O Arraial ainda conta com a Casa do Turista, onde os turistas podem obter orientações e informações sobre roteiros turísticos existentes no PEIb e em seu entorno, meios de hospedagem e outras



opções de lazer. Neste contexto, verifica-se o processo de transformação da economia da região. A questão imobiliária está entre estas, e merece atenção, já que muitos proprietários rurais enxergaram na venda total ou parcial de suas propriedades, uma oportunidade de melhorarem seus ganhos econômicos seja através da construção de casas de final de semana, hotéis, pousadas ou campings (ALMEIDA *et al.*, 2012). Outra opção encontrada pelos moradores do Arraial para a complementação de suas rendas é a locação de imóveis. Nos períodos de maior visitação (carnaval, semana santa, férias escolares e feriados prolongados) deixam suas moradias alugando-as para turistas.

Desta forma, é possível identificar que a economia de Conceição do Ibitipoca passa por um processo de reestruturação, no qual a atividade turística é a base. O que tem gerado um reordenamento em tal área, sobretudo na perspectiva de atender a demanda crescente dos turistas. Sendo assim, torna-se necessário não só construir elementos voltados para o planejamento, como colocar estes em prática de forma cautelosa que vise o equilíbrio entre uso dos recursos naturais, sobrevivência da população local e da economia.

## 2. Materiais e Métodos

Os procedimentos metodológicos foram iniciados através da revisão bibliográfica referente aos conceitos trabalhados no artigo: biogeografia, áreas protegidas, unidades de conservação, parques, Turismo e Ordenamento Territorial. As análises construídas a partir de cada um destes, bem como a interligação dos mesmos, contribuíram para a melhor compreensão das relações que se estabelecem entre tais conceitos tanto no aspecto teórico quanto no prático. O estudo da relação existente entre os eixos teóricos mencionados acima foi importante para a construção de uma base de informações capaz de dar suporte às etapas subsequentes da pesquisa.

Entre estas, tem-se a realização de um levantamento documental-iconográfico, cartografia disponível estes foram levantados junto à direção do PEIb, Secretarias de Turismo e de Obras da Prefeitura Municipal de Lima Duarte, através da realização de reuniões e entrevistas com o diretor do Parque Estadual do Ibitipoca, o Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Lima Duarte, o Presidente do Conselho Municipal de Turismo de Lima Duarte, o Gestor do Circuito Serras do Ibitipoca, o Presidente da Associação de Moradores e Amigos de Ibitipoca, o Diretor da Rede Ibitipoca de Turismo e Hospitalidade e dois Membros do Conselho Consultivo do Parque Estadual do Ibitipoca, um responsável por representar os produtores rurais do entorno do PEIb e outro representante da Universidade Federal de Juiz de Fora, importantes para o desenvolvimento da presente pesquisa. Após esta etapa foram realizadas análises através de estudos, classificação, interpretação do material recolhido e levantamentos fotográficos. Para a



concretização do trabalho realizou-se o cruzamento das informações obtidas nas diferentes etapas com vistas à compreensão da realidade de uma localidade que abriga uma Unidade de Conservação com poder de atração de visitantes. Através da conclusão de cada uma das etapas supracitadas foi possível estabelecer linhas de raciocínio sobre o processo conflituoso de uso e ocupação do solo, bem como do (re)ordenamento do território e suas implicações no Arraial de Conceição do Ibitipoca.

A pesquisa também contou com a realização de mapeamento feito no Laboratório de Estudos da Paisagem, localizado no Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora, do qual a presente pesquisadora é associada. Na produção dos mapas utilizou-se um Sistema de Informações Geográficas (SIG) com o intuito de gerar um produto que auxilie na identificação da área de estudo e das alterações do uso e ocupação do solo existentes. Para tanto, foram adquiridas as bases municipais no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em formato vetorial, e as delimitações do PEIb e do Distrito de Conceição do Ibitipoca. Contou-se com o apoio da galeria de imagens orbitais disponibilizadas pelo software Google Earth neste processo de identificação e delimitação das áreas. Tais imagens orbitais foram trabalhadas no software Arc Gis 10.0 para a elaboração dos mapeamentos. Foi elaborado também um mapa com o Modelo Digital do Terreno de Conceição do Ibitipoca, neste foi utilizada a imagem de radar SRTM (*Shuttle Radar Topography Mission* realizada pela NASA) obtida gratuitamente pelo site da Empresa Monitoramento por Satélite, a qual foi adicionada em ambiente arcgis utilizando a ferramenta contida no 3D analyst, o Hillshade, onde foi inserido o número de classes altimétricas. Para o mapa Cenário do uso e ocupação da terra na área urbana do distrito sede de Conceição do Ibitipoca no ano de 2028 foi utilizada a ferramenta "expand" contida no arc toll box a qual projetou o número de células no arquivo raster baseada no crescimento do ano de 2000 para 2014, caso o crescimento urbano se mantenha em ritmo aproximado ao que aconteceu nos últimos 14 anos. Lembrando que o crescimento de 2000 para 2014 foi mensurado através de fotointerpretação utilizando imagens georreferenciadas do histórico do Google Earth. Na elaboração do Mapa de Vias de Acesso: Conceição do Ibitipoca foram utilizadas as bases municipais do IBGE juntamente com o shape de rodovias federais, estaduais e vicinais da Agência Nacional de Águas ( ANA).

Para a concretização do trabalho realizou-se o cruzamento das informações em gabinete obtidas nas diferentes etapas com vistas à compreensão da realidade de uma localidade que abriga uma Unidade de Conservação com poder de atração de visitantes. Através da conclusão de cada uma das etapas supracitadas foi possível estabelecer linhas de raciocínio sobre o processo conflituoso de uso e ocupação do solo, bem como do (re)ordenamento do território e suas implicações no Arraial de Conceição do Ibitipoca.

### **3. Resultados**

A criação de uma UC implica em adequações da área destinada à sua implantação, pois, requer condições favoráveis para que os objetivos de conservação da natureza sejam cumpridos. No caso específico deste artigo, os estudos voltados para o Parque Estadual do Ibitipoca e seu entorno, especialmente, o distrito de Conceição do Ibitipoca em Minas Gerais, revelaram a importância da manutenção do diálogo entre os diferentes segmentos sociais envolvidos no processo, desde o momento da criação e durante toda a gestão da UC. Nesta perspectiva, existe um grande desafio no esforço de harmonização das atividades a serem desenvolvidas nas áreas internas do Parque. Isso requer um planejamento minucioso, além de demandar diferentes ações específicas para cada uma das atividades possíveis (recreação, educação ambiental e pesquisa científica). Além disso, para que esta categoria cumpra seus objetivos, faz-se necessário a adoção de instrumentos, ações de planejamento e gestão compatíveis com a realidade em que o parque está inserido. Isto significa afirmar que não se deve ignorar as realidades socioambientais existentes em seu entorno imediato e região, em todas as ações pertinentes.

Incluir seu respectivo entorno nos estudos e propostas é necessário para que possam ser analisados e respeitados aspectos ecológicos, sociais e econômicos ali existentes. Para que esta inclusão aconteça, é fundamental que seja estabelecida a integração entre as UCs e suas respectivas áreas periféricas, na tentativa de conseguirem terem reconhecimento público que possibilite a construção de alianças. Dentro desta perspectiva, o Estado assume papel significativo, este é um dos atores que detém a responsabilidade de apresentar e colocar em prática programas voltados para a consolidação dos objetivos previstos na legislação atrelada à criação de um Parque Estadual. Cabe considerar não ser suficiente apenas a elaboração de diagnósticos e o manejo da biodiversidade em suas áreas internas.

Ao longo dos estudos realizados foram identificadas dificuldades no que tange à participação popular, ainda insuficiente, tanto na organização e planejamento de ações voltadas ao bem comum dos moradores locais, quanto na tomada de decisões sobre os diversos usos do solo no distrito. Constatou-se que a participação popular ao longo da história de Conceição do Ibitipoca, especialmente, após a criação do Parque não foi estimulada por parte do poder público. As ações em que existem manifestações e discussões envolvendo a população do local se fizeram, e se fazem, em função de graves descontentamentos em relação aos demais agentes (empresários, poder público e a direção do PEIB) vinculados, especialmente, ao desenvolvimento da atividade turística no entorno do Peib.

A situação encontrada na realidade de convivência do PEIB com o seu entorno demonstra o quanto é importante que a população local seja preparada para receber este tipo de política pública. O entorno, com seus moradores e atividades econômicas devem ser vistos como parceiros na jornada da conservação

da natureza, e não como inimigos ou intrusos. No entanto, isso só ocorre quando estas populações são ouvidas e se tornam participativas ao longo das etapas de criação, implantação e gestão das UCs

#### **4. Considerações Finais**

Frente ao exposto tem-se a possibilidade analisar o discurso da proteção da natureza cria possibilidades para o local onde os Parques são criados, principalmente, para a economia, através da elaboração de propostas de fortalecimento desta, por exemplo, com o desenvolvimento do turismo. Entretanto, para que essa prerrogativa seja alcançada deve existir a participação efetiva da população local, de representantes do poder público, do gestor da UC, e dos empresários.

O poder público local, representado pelos diferentes governos municipais da prefeitura de Lima Duarte, a partir da década de 1970, é identificado como um ator de relevância frente ao complexo processo de convivência entre o Parque e seu entorno. Muitas das normas estabelecidas não chegaram a ser colocadas em prática por diversos motivos. O poder público municipal foi ineficiente no cumprimento e fiscalização das normas destinadas à gestão do uso e ocupação do solo no Arraial de Conceição do Ibitipoca. Isso contribuiu para que o território passasse a ser ordenado e reordenado conforme interesses e demandas de outros atores (empresários e promotores de eventos). Situações conflituosas surgiram, principalmente após 1995, quando o número de visitantes do PEIb aumentou consideravelmente. Muitos destes conflitos manifestam-se na atualidade, como a especulação imobiliária, as irregularidades em loteamentos clandestinos, a forma de parcelamento do solo, a insuficiência de infraestrutura sanitária (lixo, esgotos e água tratada), o aumento da insegurança, o êxodo rural, as perdas de traços culturais locais e o aumento do custo de vida para a população que ainda vive no Arraial. A população nativa de Conceição do Ibitipoca mostra-se dividida, pois uma parcela é favorável ao desenvolvimento da atividade turística, enquanto outros opinam contrariamente.

#### **5. Referências Bibliográficas:**

ALMEIDA, F. B. ; SANCHO, A. ; COELHO, E. ; PIRES, M.F.A. . **Turismo, comunidades e saberes no contexto territorial do Parque Estadual do Ibitipoca, MG.**. In: VI Encontro Nacional da ANPPAS Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisas em Ambiente e Sociedade, 2012, Belém, PA. Anais do VI Encontro Nacional da ANPPAS Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisas em Ambiente e Sociedade. Belém: Editora UFPA, 2012. v. único. Disponível em: < <http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/188>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

ARAÚJO, M. A. R. et al. **Elaboração de Plano de Manejo para o Parque Estadual do Ibitipoca – MG.** 2007.

BRANDON, K. REDFORD, K. H.; SANDERSON, S. E. **Parks and peril: people, politics and protected areas.** Washington, DC: The Nature Conservancy e Island Press, 1998.



BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm). Acesso em 12 de setembro de 2007.

BRITO, M.C.W. **Unidades de Conservação: Intenções e Resultados**. 2ed. São Paulo: Annablume, 2000.

FIGUEIRO, A. **Biogeografia: dinâmicas e transformações da natureza**. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

IRVING, M. A. & MATOS, K. **Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**. Floresta e Ambiente, Vol. 13, No 2, 2006.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Ed. Papirus, Campinas - SP, 2002 (Coleção turismo).

MILANO, M. S. **Unidades de Conservação no Brasil: mitos e realidades**. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental, 3, 1999: IMESP, volII, 1999.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das Tipologias e Categorias de Áreas Protegidas no Brasil. Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006.

PETROCCHI, Mario. **Turismo: planejamento e gestão**. 2.ed. São Paulo: Futura, 1998.

PRIMACK, R. B. e RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: Editora Planta, 2006.

RIBEIRO, M. F.; FREITAS, M. A. V. de. & COSTA, V. C. da. **O desafio da gestão ambiental de zonas de amortecimento de unidades de conservação**. VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física Universidade de Coimbra, Maio de 2010. Disponível em: <[http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea\\_imagens/downloads/pesquisas/Ribeiro\\_et\\_al\\_2010.pdf](http://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/pesquisas/Ribeiro_et_al_2010.pdf)>. Acesso em: 04 Nov. 2014.

RODRIGUES, C. G. de O. **O TURISMO E A RECONSTRUÇÃO DO ESPAÇO RURAL: O CAUSO DO ARRAIAL DE CONCEIÇÃO DO IBITIPOCA (MG)**. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: UFRRJ, 2001.

ROSS, J. L. S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.

SALINAS, M. F. P. **La participación en el manejo de áreas naturales protegidas**.

Cuernavaca, Morelos: Universidad Autónoma de México, 2005.

SILVA, M. do S. F. da; SOUZA, R. M. e. **Unidades de conservação como estratégia de gestão territorial dos recursos naturais**. Terr@Plural, Ponta Grossa, v.3, n.2, p.241-259, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tp/article/view/1187/932>>. Acesso em: 04 Nov. 2014.

SOARES, M. C. C.; BENSUSAN, N.; NETO, P. F. S. **Entorno de unidades de conservação: estudo de experiências em UC's de proteção integral**. Estudos Funbio, Rio de Janeiro: Funbio, n. 4, 2002.

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e meio ambiente**. Rio Claro: edição própria, 1995.

VALLEJO, L. R. **Políticas Públicas e Conservação Ambiental: Territorialidades em Conflito nos Parques Estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ)**. 342f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.